



ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: DESAFIOS E ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM

NÍELESSE MÁXIMO FERREIRA RODRIGUES

RESUMO

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, envolvendo danos físicos, psicológicos e sexuais, e constitui um grave problema de saúde pública, afetando mulheres em diversas fases da vida e contextos sociais. Esse fenômeno é geralmente classificado como violência doméstica, quando ocorre no ambiente familiar, ou violência de gênero, quando é direcionado às mulheres devido ao seu sexo. No Brasil, a violência contra a mulher está profundamente enraizada nas desigualdades históricas, refletindo uma cultura patriarcal que trata a mulher como submissa ao homem. A violência no contexto doméstico pode gerar a repetição de padrões de agressão em futuros relacionamentos, com impactos significativos na saúde física, mental e emocional das vítimas. Além de traumas, complicações ginecológicas e transtornos psicológicos, a violência contra a mulher também prejudica a saúde sexual e reprodutiva, ampliando a demanda por cuidados médicos e comprometendo a qualidade de vida das vítimas. O aumento do feminicídio e o crescimento das taxas de homicídios femininos refletem a gravidade da situação no Brasil, conforme apontam dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). A criação da Lei Maria da Penha em 2006 foi um avanço na luta contra a violência doméstica, proporcionando maior proteção às vítimas e punições mais severas aos agressores. No entanto, mulheres e profissionais de saúde enfrentam desafios no enfrentamento desse problema. Muitas vítimas permanecem em silêncio sobre as agressões, enquanto profissionais da saúde se sentem despreparados para lidar com essas situações. A capacitação dos profissionais é essencial para oferecer um atendimento eficaz e acolhedor. A humanização do cuidado se destaca entre os profissionais de enfermagem, especialmente porque muitos são mulheres, facilitando a empatia e a solidariedade no atendimento. É crucial que os profissionais de saúde sejam adequadamente capacitados para lidar com a violência contra a mulher, promovendo o respeito aos direitos das vítimas e a prevenção de novos abusos.

Palavras-chave: Acolhimento na enfermagem; Violência contra a mulher; Atenção à saúde da mulher.

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno complexo e resultante de múltiplos fatores. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), ela é definida como o uso intencional da força física ou do poder, de forma real ou ameaçadora, contra si mesmo, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, podendo causar lesões, morte, danos psicológicos, prejuízos ao desenvolvimento ou privação. No contexto da violência contra a mulher, essa problemática é amplamente reconhecida como uma questão de saúde pública. Geralmente, ocorre no ambiente privado, tendo o parceiro íntimo como principal agressor, o que expõe a mulher a episódios recorrentes de agressões físicas, coerção sexual, abuso psicológico e controle sobre sua vida (LEITE *et al*, 2017).

A violência contra a mulher representa um sério problema social e de saúde pública, tanto no Brasil quanto globalmente, afetando mulheres de diferentes classes sociais. Estudos

realizados indicam que, frequentemente, essas agressões acontecem dentro do ambiente doméstico, com os parceiros íntimos como principais agressores. Além disso, o consumo de substâncias psicoativas, como o álcool, é considerado um fator de risco relevante que agrava o cenário de violência (COSTA, 2020).

Esse fenômeno também está intimamente ligado às normas sociais historicamente impostas às mulheres, que, quando desafiadas, podem desencadear reações violentas. A persistência de uma cultura patriarcal, que promove a ideia de submissão e dependência feminina, continua a ser um fator crucial nesse processo (COSTA, 2020).

Um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que, enquanto a taxa geral de homicídios no Brasil aumentou 4,2% entre 2016 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres cresceu 5,4%, alcançando o maior índice desde 2007, considerando o mesmo período de análise. Em relação aos feminicídios, o Atlas da Violência de 2017 apontou um aumento desse tipo de crime, com cerca de 13 mulheres assassinadas por dia. Desde 2007, foram registradas 4.936 mortes de mulheres em decorrência da violência (COSTA, 2020).

Este artigo tem como objetivo analisar a violência contra a mulher sob a ótica da saúde pública, explorando os múltiplos fatores de risco que contribuem para sua perpetuação. Busca-se, em particular, compreender as dimensões psicológicas, sociais e culturais que sustentam esse fenômeno, com ênfase no contexto doméstico, onde a violência é mais prevalente. A partir de dados de organizações como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), o estudo pretende discutir como fatores como o consumo de substâncias psicoativas e as normas sociais historicamente construídas sobre gênero agravam a situação de violência.

Além disso, o artigo visa refletir sobre a importância de políticas públicas eficazes e ações preventivas que contribuam para mitigar a violência de gênero, especialmente a violência física e o feminicídio, abordando suas causas e consequências tanto no Brasil quanto em nível global. Por fim, será discutido o papel crucial da enfermagem no atendimento a mulheres em situação de violência, destacando as práticas e desafios dessa profissão no acolhimento, identificação e encaminhamento das vítimas, além da importância de uma abordagem integrada e sensível a essa realidade.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter dissertativo, com o objetivo de analisar a literatura recente sobre os cuidados de enfermagem e aspectos éticos na doação de órgãos. A pesquisa foi realizada por meio de levantamento de materiais nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (Scielo) e no site do Ministério da Saúde.

Foram utilizados os seguintes descritores de busca: *Violência contra a mulher, Saúde da mulher, Desafios da enfermagem no atendimento a mulheres vítimas de violência e Impactos da violência na saúde da mulher*. A busca foi limitada a artigos completos e gratuitos, em português e inglês, publicados entre 2016 e 2024, a fim de garantir a atualização e relevância dos materiais analisados. Ao final, foram selecionados 7 estudos que atenderam aos critérios estabelecidos.

Critérios de Inclusão:

- Artigos completos, disponíveis nas bases de dados selecionadas.
- Publicações em português e inglês.
- Estudos publicados entre 2016 e 2024.
- Trabalhos que abordassem diretamente os temas relacionados aos cuidados de enfermagem, violência contra mulher, saúde da mulher e atendimento a mulheres vítimas de

violência doméstica.

CrITÉRIOS de ExclusÃO:

- Artigos que não abordaram especificamente a temática proposta.
- Estudos que não estavam disponíveis em formato completo ou gratuito.
- Trabalhos publicados antes de 2016, com exceção dos estudos considerados clássicos ou fundamentais para o tema.

□

A análise dos artigos selecionados foi realizada de forma qualitativa, com foco na identificação dos principais aspectos discutidos sobre os cuidados de enfermagem, ética na doação de órgãos e suporte à família do doador. A partir das leituras, foram extraídas as principais conclusões, que foram agrupadas em categorias temáticas, visando sintetizar as contribuições de cada estudo para o campo em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência contra a mulher é caracterizada por qualquer ato que cause, ou tenha o potencial de causar, dano físico, sexual ou psicológico, ou ainda sofrimento à mulher. Esse fenômeno é considerado multidimensional e um grave problema de saúde pública, afetando mulheres de diferentes idades, etnias e em todas as fases de sua vida. As agressões podem se manifestar de diversas formas e são frequentemente classificadas na literatura científica como violência doméstica ou violência de gênero, embora existam diferenças sutis entre esses conceitos: a violência doméstica ocorre no âmbito do lar, enquanto a violência de gênero é direcionada à vítima pelo fato de ela ser do sexo feminino (SILVIA, OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, o panorama econômico passou por transformações significativas desde a segunda metade do século XIX até após a Primeira Guerra Mundial, o que proporcionou o contato com novos comportamentos e valores de outras nações, os quais foram confrontados com os costumes patriarcais ainda existentes, embora já enfraquecidos. No entanto, mesmo após mais de 30 anos de lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres, a violência contra a mulher continua a ocorrer de forma intensa e cruel. Isso reflete uma cultura que ainda mantém a ideia de subordinação da mulher ao homem, tratando-a como uma propriedade que lhe é eterna e inalienável (LEITE *et al*, 2017).

As diversas formas de violência às quais as mulheres estão expostas podem resultar em uma série de consequências para sua integridade física e mental, frequentemente aumentando a necessidade de cuidados médicos. Tais impactos podem comprometer a qualidade de vida das mulheres e gerar efeitos negativos para a sociedade em geral. Dessa forma, além da demanda por atendimento clínico decorrente dos atos de violência, é provável que mulheres vítimas de agressão apresentem uma percepção de saúde pior quando comparadas às mulheres não agredidas (CRUZ, IRFI, 2019).

A violência contra a mulher é impulsionada pelas desigualdades baseadas no sexo, que têm suas raízes no ambiente familiar, onde as relações de gênero se configuram por meio de hierarquias. Em determinadas situações, as dinâmicas de poder entre quem domina e quem é dominado podem ser influenciadas por fatores como raça, idade, classe social, entre outros, alterando a posição de cada indivíduo dentro do contexto familiar (LEITE *et al*, 2017).

O envolvimento em ambientes de violência familiar, seja como vítima ou testemunha, pode facilitar a formação de relações conjugais violentas na vida adulta. Além disso, a experiência de violência sexual na infância está associada à ocorrência de violência sexual por parte do parceiro, sugerindo que crianças expostas a contextos violentos podem ter uma maior tendência a replicar esses padrões em seus relacionamentos futuros. As situações de violência vivenciadas pelas vítimas provocam sérios danos à saúde, afetando diversos aspectos do bem-estar físico, sexual, reprodutivo, emocional, mental e social tanto da vítima quanto de sua

família. Os impactos imediatos e de longo prazo incluem traumas físicos, gravidez não planejada, aborto, complicações ginecológicas, infecções sexualmente transmissíveis e transtornos como o estresse pós-traumático, entre outros (LEITE *et al*, 2017).

Diante da gravidade da violência vivenciada pelas mulheres, a realização de pesquisas sobre esse tema se revela essencial. Elas servem como um impulso para o desenvolvimento de novas práticas nas unidades de saúde, promovendo a discussão sobre a violência, criando espaços de escuta, acolhimento e apoio, com o objetivo de compreender e enfrentar esse fenômeno de forma mais eficaz (LEITE *et al*, 2017).

No Brasil, a violência contra a mulher recebeu maior destaque após a criação da Lei nº 11.340, em 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. A lei foi estabelecida a partir do caso de Maria da Penha Fernandes, que, durante 15 anos, lutou incansavelmente pela punição de seu agressor, o qual a deixou paraplégica ao disparar tiros contra ela. Este incidente passou a ser um símbolo da luta contra a violência doméstica, não apenas pela gravidade do caso, mas também pelo tipo de agressão, que é relativamente comum no Brasil. A partir desse episódio, o Estado brasileiro passou a responder de maneira mais eficaz às demandas de proteção das mulheres vítimas de violência, implementando punições mais rigorosas aos agressores e reconhecendo a violência doméstica como um crime específico (SILVIA, OLIVEIRA, 2016).

Tanto as mulheres quanto os profissionais de saúde enfrentam desafios ao abordar e tratar a violência. As mulheres, frequentemente, mantêm o silêncio sobre as agressões que sofrem e, em muitos casos, não relatam espontaneamente suas experiências durante as consultas na rede básica de saúde, a menos que sejam proporcionadas condições adequadas de acolhimento e escuta. Por sua vez, os profissionais de saúde muitas vezes se sentem despreparados para lidar com essas situações. Portanto, é essencial capacitar a equipe de saúde por meio da criação e implementação de protocolos que assegurem um atendimento integral, interdisciplinar e de qualidade às mulheres vítimas de violência (LEITE *et al*, 2017).

É responsabilidade do enfermeiro, enquanto profissionais co-responsável pelo cuidado, realizar o acolhimento e a escuta empática, estabelecendo uma conexão com os relatos das mulheres, o que permite entender a gravidade da situação e superar as barreiras que dificultam um atendimento eficaz. Além disso, devem orientá-las sobre seus direitos e apoiá-las nas decisões que precisam tomar, oferecendo suporte durante todo o processo (SOBRINHO *et al*, 2019).

A humanização do cuidado se torna ainda mais relevante quando os graduandos refletem sobre o tipo de atendimento ideal para as mulheres. A atenção especial voltada para a abordagem das mulheres vítimas de violência é uma preocupação crescente. Isso ocorre, em grande parte, porque a maioria das estudantes de enfermagem são mulheres, o que pode fazê-las se sentir vulneráveis ou identificar-se com o problema, não apenas no papel de profissionais, mas também como mulheres. Esse vínculo contribui para o desenvolvimento da empatia e solidariedade durante o atendimento (SOBRINHO *et al*, 2019).

É fundamental que profissionais e estudantes da área da saúde sejam adequadamente capacitados para lidar com situações de violência contra a mulher, adotando uma abordagem multidisciplinar e integrada, com foco em práticas educativas. A violência contra a mulher não faz distinção de classe social, religião, etnia ou nível educacional. No entanto, quanto maior o conhecimento sobre o tema, maiores serão as possibilidades de promover direitos de cidadania, oferecendo mecanismos de proteção e prevenindo a perpetuação de relacionamentos abusivos (SOBRINHO *et al*, 2019).

4 CONCLUSÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno multidimensional que abrange danos físicos, psicológicos e sexuais, sendo um grave problema de saúde pública que afeta mulheres

de diferentes idades, etnias e fases da vida. Esse fenômeno pode se manifestar de diversas maneiras e é frequentemente categorizado como violência doméstica ou violência de gênero, com a primeira ocorrendo no ambiente familiar e a segunda dirigida pela condição de gênero. No Brasil, a violência contra a mulher se enraíza em desigualdades históricas, refletindo uma cultura patriarcal que ainda trata a mulher como submissa ao homem.

O envolvimento de mulheres em ambientes violentos pode levar à repetição de padrões de agressão em relacionamentos futuros, com sérios danos à saúde física, mental e emocional das vítimas. Consequências incluem traumas, problemas ginecológicos, transtornos psicológicos, e complicações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. A violência contra a mulher também gera impactos negativos para a sociedade, comprometendo a qualidade de vida das vítimas e aumentando a demanda por cuidados médicos.

A criação da Lei Maria da Penha, em 2006, marcou um avanço significativo no Brasil no combate à violência doméstica, proporcionando maior proteção e punições severas aos agressores. Contudo, tanto as mulheres quanto os profissionais de saúde enfrentam barreiras na abordagem desse problema. As vítimas muitas vezes permanecem em silêncio sobre as agressões, enquanto os profissionais de saúde podem se sentir despreparados para lidar com a situação. A capacitação desses profissionais é essencial para oferecer um atendimento eficaz, acolhedor e interdisciplinar.

A humanização do cuidado é especialmente relevante quando se trata de estudantes e profissionais de enfermagem, que, muitas vezes, se identificam com as vítimas, devido à predominância de mulheres na profissão. Isso contribui para o desenvolvimento da empatia e da solidariedade no atendimento. Portanto, é fundamental que os profissionais da saúde sejam capacitados para lidar com a violência contra a mulher de forma integrada e educativa, promovendo o respeito aos direitos das vítimas e oferecendo apoio na tomada de decisões para prevenir relacionamentos abusivos e fornecer mecanismos de proteção.

REFERÊNCIAS

- COSTA, M. M. A saúde mental de mulheres vítimas de violência: revisão de literatura. 2020. 15 f. Trabalho de Conclusão de Residência (**Programa de Residência Multiprofissional em Área Profissional da Saúde**) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- CRUZ, M. S; IRFFI, G. Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, 2019.
- LEITE, F. M. C; AMORIM, M. H. C; WEHRMEISTER, F. C; GIGANTE, D. P. Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil. **Revista Saúde Pública**, [S. l.] 2017;51:33.
- MIURA, P. O. et al. Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. **Psicologia & sociedade**, [S. l.] v. 30, n. 0, 2018.
- SILVIA, L. E. L; OLIVEIRA, M. L. C. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 331-342, 2016.
- SOBRINHO, N. C.; KASMIRSCK, C.; SOARES, J. S. DOS S. F.; PINHEIRO, M. DA S.; FIORAVANTI JUNIOR, G. A. Violência contra a mulher: a percepção dos graduandos de Enfermagem. **Journal of Nursing and Health**, [S. l.] v. 9, n. 1, 8 jan. 2019.
- VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da

violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista brasileira de epidemiologia [Brazilian journal of epidemiology]**, Vitória, v. 23, p. e200033, 2020.